

SEXUALIDADE E GÊNERO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JULIANE GRANERO¹

ELIANE ROSE MAIO²

RESUMO

O tema sexualidade é considerado, ainda hoje, por alguns/mas profissionais da educação como um assunto polêmico na tradição educacional. A exclusão, a superficialidade ou a maneira preconceituosa com que esse tema é tratado em muitas escolas, pouco têm contribuído para uma educação sexual que possa formar sujeitos que lidem bem com a sua própria sexualidade, que conheçam e respeitem seu corpo e o/a do/a outro/a. Dessa forma, se faz necessário o debate dessa temática, de modo que esta venha ampliar a discussão sobre o papel da escola na educação sexual das crianças na Educação Infantil, pois, é nessa etapa que geralmente ocorre à descoberta do corpo e da sexualidade pelas mesmas, sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar documentos oficiais que abordem as questões de sexualidade e gênero, enfocando o papel da escola na Educação Infantil no ensino das temáticas. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico. Para a consecução do objetivo proposto, analisaremos documentos oficiais que abordam a sexualidade e as questões de gênero na escola, colocando em foco o papel da escola em relação ao ensino da sexualidade na Educação Infantil, bem como autores/as que escrevem desde o contexto histórico da escola, até os que tratam da sexualidade e gênero no âmbito escolar. Concluímos que essa discussão possa contribuir para a reflexão e à prática do/a professor/a que, trabalha com a etapa inicial de escolarização das crianças.

Palavras-chave: Documentos Oficiais; Sexualidade Infantil; Gênero; Educação Sexual, Educação Infantil.

ABSTRACT

The sexuality is a critical considered, nowadays, since it is today, by some educational professionals, a controversial subject in the educational tradition. The exclusion, the superficiality or a biased way in which this subject is treated in many schools, has contributed little to a sexual education that can form subjects who deal well with their own sexuality, who know and respect their body and / another. Thus, it is necessary a debate on the theme, so that it may broaden a discussion about the role of school in the sexual education of children in early childhood education, because is in this stage that occurs with the discovery of the body and of sexuality,

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá (UEM-cede) – Paraná;

² Doutora e Pós Doutora em Educação Escolar (UNESP/Araraquara), coordenadora do grupo de pesquisa NUDISEX, Docente DTP/PPE/UEM.

therefore, the general objective of this work is to study official documents that deal with issues of sexuality and gender, focusing on the role of the school in the teaching of the themes. This research is of bibliographic character. To reach the proposed goal, we will analyze official documents that address sexuality as gender issues in school, focusing on the role of school in relation to the teaching of sexuality in Early Childhood Education, as well as authors who write from the historical context of the school, to those dealing with sexuality and gender in school. We intend that this discussion can contribute to the reflection and practice of the teacher who works with the initial stage of schooling of children.

Keywords: Official Documents; Childhood Sexuality; Genre; Sexual Education, Child Education.

1. INTRODUÇÃO

A elaboração da presente pesquisa partiu da tentativa de conhecer e entender a história da educação sexual no âmbito escolar desde o começo das escolas, segunda metade do século XIX até os dias atuais. O estudo sobre sexualidade e gênero, no espaço escolar, deve começar com os Documentos Oficiais, tais como: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB)(9.394/96) (BRASIL, 1996b) etc. e depois nos cursos de formação de docentes como no de Pedagogia, para que os/as futuros/as professores/as e/ou pedagogos/as sejam capazes de conversar com seus/suas alunos/as sobre o assunto. Serão abordados assuntos sobre a sexualidade, a partir dos séculos XII, que encontramos os registros e como ela se constituiu social e culturalmente. Traremos a discussão sobre como a construção social e histórica das questões de gênero, em que a concepção do masculino como ser superior em relação ao feminino, permanece em algumas situações até mesmo nos dias atuais e como essa visão impacta na formação das novas gerações.

Ao longo do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá-campus sede senti a necessidade de aprender sobre os aspectos da sexualidade e as questões de gênero, e como devemos tratar esse assunto dentro da sala de aula. Muitas vezes nas escolas em que fiz estágios, os obrigatórios da universidade e também os não obrigatórios, as crianças a partir de 4 anos já começam a questionar os/às professores/as do por que são diferentes uns/umasdos/as outros/as, entre outras indagações sobre essas temáticas.

Dessa forma, por meio de pesquisa bibliográfica, temos por objetivo geral estudar documentos oficiais que abordam as questões de sexualidade e gênero, enfocando o papel da escola no ensino das temáticas.

A questão de gênero surgiu como importante reflexão para o Feminismo no fim dos anos 1940, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (1967, p.09) afirmou que “[...] ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher”. Ao apresentar isso, contesta o pensamento determinista do final do século XIX que usava a biologia para explicar a inferiorização do gênero feminino e as desigualdades sociais entre os gêneros. Para a filósofa, o ‘ser mulher’ é uma construção social e cultural.

Ao longo dos anos 1970, Michel Foucault dedicou seu trabalho no Collège de France à análise do lugar da sexualidade na sociedade ocidental. Sua reflexão encontrou no sexo e na sexualidade a causa de todos os acontecimentos da vida social. O filósofo empreendeu uma pesquisa histórica, estabelecendo uma antropologia e uma análise dos discursos acerca desse tema tão fundamental para a condição humana (FOUCAULT, 1977).

Dessa forma, nosso trabalho dará início com a análise de alguns Documentos Oficiais, retrataremos o que apresentam sobre sexualidade e gênero, enfocando a criança e como esses documentos abordam a inserção desses temas nas escolas e universidades. Em seguida, discutiremos o contexto histórico da infância e as manifestações de gênero e sexualidade no ambiente escolar desde o século XVI até os dias de hoje, também traremos o que significa gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Por fim, abordaremos sobre a inserção do estudo e da discussão de gênero e sexualidade no âmbito escolar, começando na formação inicial dos/as professores/as.

Pretendemos que essa discussão possa contribuir para a reflexão e a prática do/a professor/a que trabalha com a etapa inicial de escolarização das crianças.

2. ESTUDANDO DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 13) fazem parte de um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental de todo o País, com a função de

orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

Têm uma proposta flexível por ser um documento de natureza aberta, não tendo configuração de um modelo curricular homogêneo e impositivo (BRASIL, 1997).

O Ensino Fundamental, até dezembro de 1996, era estruturado conforme a Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971). Essa Lei estabeleceu como objetivo que o Ensino Fundamental e Médio deveriam proporcionar aos/às seus/suas alunos/as uma formação necessária para desenvolver suas potencialidades como elementos de auto realização, preparação para o trabalho e exercer conscientemente a cidadania. O Brasil participou da 'Conferência Mundial de Educação para Todos', Jomtien – Tailândia (1990), que resultou no consenso de que a educação atenderia as necessidades básicas de aprendizagem para todos/as tornando universal a educação fundamental e ampliação de oportunidades de aprendizagem para crianças, jovens e adultos (BRASIL, 1997).

[...]o Ministério da Educação e do Desporto coordenou a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), concebido como um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação, voltado para a recuperação da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade e com o incremento da qualidade, como também com a constante avaliação dos sistemas escolares, visando ao seu contínuo aprimoramento (BRASIL, 1997, p. 14).

Assim, houve um aumento das responsabilidades do poder político com a educação de todos/as, ao mesmo tempo a Emenda Constitucional n. 14, de 12 de

setembro de 1996 (BRASIL, 1996a), priorizou que Estados e Municípios contribuíssem no financiamento do Ensino Fundamental.

Para buscar formas de desenvolver a orientação da sexualidade, amparados/aspela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996b), juntamente com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), em seus temas transversais, exige estudos e investigações cujos resultados podem trazer contribuições para a escola, para a família, sobretudo para a criança, jovem, adolescente e também para o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM-sede) e de outras universidades. Bem como as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2015, p.12, grifos nossos), promulgada no dia 02 de julho de 2015, que apresenta:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, **de gênero, sexual**, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O tema da sexualidade tornou-se obrigatório nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), devendo ser tratado como um tema transversal. Assim, a sexualidade não é mais um tema exclusivo das aulas de Biologia, mas deve ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo por uma visão culturalista. Essa mudança de paradigma implica discutir todos os aspectos da sexualidade.

O PCN 10: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (BRASIL, 1997) aborda que a inclusão do tema sexualidade nos currículos das escolas de primeiro e segundo grau tem intensificado desde a década de 1970, considerando ser importante para a formação do indivíduo. Por volta de 1980, os trabalhos sobre sexualidade nas escolas aumentou devido às preocupações dos/as professores/as com o aumento de gravidez indesejada e o risco de contaminação com HIV (vírus da AIDS).

As manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas

pelos profissionais da escola. Essas práticas se fundamentam na ideia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família (BRASIL, 1997, p. 111).

De alguma maneira, os/as responsáveis tratam da sexualidade com seus/suas filhos/as, não sendo de forma aberta, mas nos seus comportamentos, na relação com os/as filhos/as, nas expressões, nos tipos de 'cuidados', gestos e nas proibições. As crianças também sofrem influências com livros, escola, pessoas que não são da família e nos dias atuais, da mídia (BRASIL, 1997).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998) é um documento norteador para professores/as da Educação Infantil, com base na LDBEN (Lei 9.394/96) (BRASIL, 1996). Tem como objetivo auxiliar o/a professor/a na realização de um trabalho educativo junto com as crianças pequenas. O Referencial aponta metas de qualidade que contribuem para que as crianças desenvolvam integralmente suas identidades, sendo capazes de crescer como cidadãos com seus direitos à infância reconhecidos. Foi feito para servir como um guia de reflexão de caráter educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos (BRASIL, 1998).

O RCNEI é dividido em três volumes. Volume 1: um documento introdução, apresentando reflexões sobre escolas e creches no Brasil, concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional. Volume 2: traz experiência sobre a formação pessoal e social que o trabalho favorece, ou seja, priorizando os processos de construção de Identidade e Autonomia das crianças. Volume 3: conhecimento de mundo com seis documentos referentes a eixos de trabalho para a construção de diferentes linguagens pelas crianças e relações que estabelecem objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Esse material (RCNEI) foi disponibilizado para que cada profissional da Educação Infantil tivesse seu próprio exemplar para que tenha sempre em mãos e o utilize como norteador de seu trabalho diário com seus/as alunos/as (BRASIL, 1998).

Este Documento aborda que “[...] a concepção de criança é uma noção historicamente construída e conseqüentemente vem mudando ao longo dos tempos,

não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época” (BRASIL, 1998, p. 21), em uma mesma cidade a criança pode ser considerada ‘criança’ de diversas maneiras dependendo da sua classe social ou etnia. No Brasil, temos duas distinções de como as crianças são tratadas de maneiras diferentes, de um lado, boa parte delas enfrentam um cotidiano que as induz a trabalhar desde cedo, tendo abusos e exploração vindos dos/as adultos/as. De outro, crianças são bem cuidadas por seus/suas responsáveis e recebem de sua família e da sociedade em geral cuidados necessários para o seu desenvolvimento (BRASIL, 1998).

A criança quando nasce, começa a criar relação afetiva com os/as adultos/as que além de cuidarem dela, fazem uma mediação entre a criança e o mundo à sua volta. Mais tarde, começa a orientar-se com outras pessoas expandindo seu campo de ação, mesmo pequena demonstramotivações para interagir com outras crianças, assim adquire mais informações e estabelece vínculos com as pessoas que a rodeia (BRASIL, 1998).

Quando a criança nasce, a sexualidade já está presente e vai se manifestando de diversas formas conforme ela cresce, “[...] nesse sentido, é entendida como algo inerente, que está presente desde o momento do nascimento, manifestando-se de formas distintas segundo as fases da vida” (BRASIL, 1998, p. 17).

A sexualidade tem sua importância na vida das pessoas, no seu desenvolvimento, pois se relaciona com uma necessidade fundamental para o ser humano, o prazer. É entendida que está presente desde o nascimento e vai se manifestando em diferentes fases da vida, esse desenvolvimento é marcado pela cultura e história, porque cada sociedade cria regras para os comportamentos sexuais dos indivíduos (BRASIL, 1998).

A marca da cultura faz-se presente desde cedo no desenvolvimento da sexualidade infantil, por exemplo, na maneira como os adultos reagem aos primeiros movimentos exploratórios que as crianças fazem em seu corpo (BRASIL, 1998, vol. 2, p. 17).

A reação que o/a adulto/a tem em relação à exploração da sexualidade da criança com seu próprio corpo e também de outros corpos, vai oferecer um

parâmetro sobre o modo de ver o prazer. Conforme a recepção do/a adulto/a em relação a perguntas sobre sexualidade, pode provocar diversas reações, de exibicionismo e provocação ou retraimento e culpa (BRASIL, 1998).

Com relação ao gênero, o RCNEI (BRASIL, 1998) nos permite perceber que tem um vínculo entre o gênero e as características biológicas que são definidas como menina ou menino.

Perceber-se e ser percebido como homem ou mulher, pertencendo ao grupo dos homens ou das mulheres, dos meninos ou das meninas, se dá nas interações estabelecidas, principalmente nos primeiros anos de vida e durante a adolescência (BRASIL, 1998, p. 19).

Mesmo antes do nascimento, familiares já ficam na expectativa em saber se o/a bebê será menino ou menina e já começam a criar expectativas para o futuro dessa criança na representação do feminino (caso seja uma menina) ou masculino (sendo um menino), a criança nasce e essas expectativas se intensificam com roupas, acessórios, brinquedos e chegando às atividades oferecidas.

De acordo com o RCNEI (1998, p. 20) “[...] ao se perceber como menino ou como menina, as preocupações das crianças não residem mais unicamente nas diferenças anatômicas, mas nas características associadas ao ser homem ou mulher”. É a partir dos cinco e seis anos que a questão de gênero começa a ocupar um papel central no processo de construção da identidade (BRASIL, 1998).

Nessa seção apresentamos o que alguns Documentos Oficiais abordam sobre sexualidade e gênero e sobre a criança. Partindo disso, no próximo item escreveremos sobre o contexto histórico da infância e as manifestações de gênero e sexualidade no ambiente escolar.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA INFÂNCIA E MANIFESTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS

Na seção anterior apresentamos alguns Documentos Oficiais que norteiam o ensino nas escolas Estaduais e Municipais. Agora, discutiremos o contexto histórico

da infância e as manifestações de gênero e sexualidade na escola, mostrando os significados de sexualidade e gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Philippe Ariès (1981) em seu livro “História Social da Infância e da Família” (1980), traz que nos séculos XVI e XVII a infância era ignorada, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura, participavam de orgias e tudo o que acontecia no mundo adulto, elas não eram respeitadas, eram submetidas a brincadeiras sexualizadas e a pedofilia – que não era vista assim – da época fazia parte dos costumes.

[...] no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existiam crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas (ARIÈS, 1980, p. 51).

No final do século XVI, na França e na Inglaterra, católicos/as e protestantes começaram a se preocupar com a infância, alguns/mas educadores/as pensaram na linguagem dos livros e se preocupam com o pudor e o cuidado com a castidade das crianças. A concepção moral da infância associava a fraqueza com a inocência, pois refletia a pureza divina da criança (ARIÈS, 1980).

A educação é vista como a obrigação humana mais importante, e começam a multiplicar os colégios, pequenas escolas, casas particulares, desenvolvendo uma disciplina rigorosa, moralidade e mudanças de hábitos. Observando a história da educação no período da Idade Média, notamos o progresso do sentimento da infância: como a escola e o colégio que se tornaram no início dos tempos modernos um meio de isolar as crianças justamente no período de formação moral e intelectual e, desse modo, separá-las da sociedade dos/as adultos/as, finalmente, visto que – na Idade Média – as diferentes idades eram misturadas e lançadas, aliás, a um ambiente inadequado para a aprendizagem (ARIÈS, 1980).

Para alguns/mas educadores/as, as crianças são seres puros e inocentes e não têm sexualidade para expressar, e a manifestação de sexualidade na infância é considerada ‘feia’ e ‘suja’. Já outros/as educadores/as têm noções da existência e da importância da sexualidade para o desenvolvimento da criança (BRASIL, 1997).

Sigmund Freud (1856-1939) foi o pioneiro nos estudos sobre a sexualidade na infância, chocando a sociedade de sua época ao falar sobre isso tirando a imagem de que a criança era inocente e assexuada. Freud propôs uma sexualidade ampliada e diferente da concepção naturalista que foi predominante no fim do século XIX, em que a sexualidade era definida quando adulto/a e a relação sexual era somente para a reprodução (ZORNIG, 2008).

A sexualidade na criança já começa desde os primeiros dias de vida e vai se manifestando conforme vai crescendo, isso faz parte do desenvolvimento considerado 'normal' dos seres humanos. A sexualidade é desenvolvida conforme possibilidades individuais e com a interação do meio em que vivem. A criança quando começa a conhecer seu corpo e ter contato com outras crianças, recebe um julgamento do mundo adulto, impondo o que pode e o que não pode ser feito baseado em crenças e valores (BRASIL, 1997).

Ao começar a explorar seu corpo, observando outros corpos, a criança se descobre sexuado como menino ou menina. Assim, começa a perceber as diferenças entre si, o que caracteriza a diferença entre os sexos. Essa diferença que a criança tem sobre o que é ser menino e o que é ser menina depende apenas de como são tratados/as na sociedade, que são padrões já construídos na mesma, mostrando a diferença entre os sexos, o que um/a pode, o/a outro/a não pode e vice e versa. A criança então absorve toda esta experiência e constrói sua identidade (BRASIL, 1997).

Hoje vivemos em uma cultura pós-moderna e ainda se tem dificuldade em aceitar a sexualidade da criança, que afasta a visão da mesma que é 'pura' e 'inocente'. As crianças voltaram a se vestir como adultos/as, a ter compromissos como esses/as e são impelidas a adotar um modelo sexual que não compreendem, acabam negando sua infância para corresponder aos desejos de seus/suas responsáveis, mesmo que inconscientemente (ZORNIG, 2006).

Os significados ideológicos são passados por gerações, que acabam interferindo nos papéis do homem e da mulher e na compreensão sobresexualidade. Assim, esta ideologia que é passada por gerações acaba influenciando na formação das pessoas em diversos espaços sociais desde a Educação Infantil, porque a

sexualidade não se associa somente ao sexo, ela envolve sentimentos, corpo, prazer, desejo e afeto (LEITE, MAIO, 2013).

A orientação sexual deve ser idealizada no plural admitindo sua diversidade na vida das pessoas. As orientações sexuaisdiversas, compreendidas como: assexual (aparentemente não tem vida sexual), bissexual (atração afetiva ou sexual por ambos os sexos), heterossexual (atração sexual ou afetiva pelo sexo oposto), homossexual (atração sexual ou afetiva pelo mesmo sexo) ou pansexual (atração sexual ou amorosa entre pessoas, independentemente do sexo ou gênero) compõem sensibilidades e expressões do desejo e do prazer que podem aparecer na vida de uma pessoa de muitas maneiras, sem que sejam fixas e inevitáveis(SOUSA FILHO, 2009).

O termo 'gênero' é uma construção social para ter uma diferenciação entre os indivíduos de sexos diferentes, é um termo muito complexo e pode ser definido e redefinido. Nos anos de 1980, o termo gênero começou a ser usado por feministas, então passou a ser uma categoria de análise em estudos para distinguir o que é a ordem do masculino e do feminino (PRAUN, 2011). No dicionário Michaelis a definição de gênero é “[...] conceito de ordem geral que abrange todas as características ou propriedades comuns que especificam determinado grupo ou classe de seres ou de objetos” (MICHAELIS, 2017, s/p).

Ao tratar sobre gênero, devemos falar também de identidade de gênero ao qual se compreende a identificação de homens e mulheres vinculados/as aos atributos culturais. É pelas relações sócias que se define o que é feminino e masculino (SEFFNER, 2006 *apud* LEITE, MAIO, 2013).

Assim, ao apresentarmos aqui, em breves palavras os conceitos de sexualidade e gênero e orientação sexual e identidade de gênero, destaca-se que o desafio para o/a professor/a é extenso, pois ao mesmo tempo em que deve preservar a intimidade das crianças e não as ‘culpar’ por manifestações de sexualidade, ele/a é responsável por um processo educativo abordando valores, diferenças individuais e grupais, de costumes e de crenças. Isso é fundamental tanto na infância quanto na adolescência, quando a questão sobre sexualidade ressurgiu a todo vapor.

Nessa etapa do artigo, abordamos sobre a infância, e da sexualidade e gênero. No próximo item, escreveremos sobre a inserção do estudo/discussão sobre gênero e sexualidade no âmbito escolar destacando a importância de começar esses estudos na formação de professores/as.

4. INSERÇÃO DO ENSINO DE SEXUALIDADE E GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS

Abordamos agora sobre a inserção do estudo de gênero e sexualidade nas escolas e nos cursos de graduação.

As escolas de antigamente (final do século XIX) no Brasil eram apenas para ensinar a ler e escrever, assuntos como sexualidade não podiam ser ensinados dentro delas. A sexualidade se manifesta em todas as faixas etárias, especialmente na adolescência, então ignorar, esconder ou reprimi-la não é a saída mais 'inteligente' e adequada, se isso ocorrer pode gerar um acúmulo de incertezas que provocarão insegurança e imaturidade para uma prática sexual saudável. Os/As responsáveis, a escola e a sociedade são responsáveis pela formação sexual da criança, cada um/a com seu papel (VALDIVINO, 2005).

A sexualidade está estampada diariamente na vida dos/as alunos/as, pois ela não constitui apenas a parte biológica, mas também aspectos históricos e culturais. Nas escolas, a educação sexual deve ser tratada como tema transversal e não como disciplina. Esse tema entrou nos currículos escolares, como tema transversal, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), por haver uma necessidade de maior orientação aos/às adolescentes, dentro das escolas.

Leite e Maio (2013) apresentam que alguns/mas professores/as, criam e estimulam alguns comportamentos conforme se o/a aluno/a é menino ou menina, e acabam estabelecendo diferenças quanto ao gênero, nas filas e nas brincadeiras.

A escola pode deixar de ser um espaço de opressão e repressão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas. E, hoje, não é mais possível que as questões relativas à sexualidade passem despercebidas ou que sejam tratadas com deboche ou indignação moral. E os/as pedagogos/as têm uma importante ação nesse sentido (LEITE E MAIO, 2013, p. 10).

A sexualidade ainda é ocultada, pois as crianças são impedidas de falar sobre suas inquietações, alegrias e medos, da descoberta de sua sexualidade. Com isso temos a constatação de que as questões de gênero devem ser trabalhadas na formação dos/as professores/as. Apesar de os Documentos Oficiais tentarem introduzir este tema nas escolas por meio de Leis, ainda há silêncio nesses espaços, pois muitas escolas acham este tema vergonhoso, desrespeitoso e feio (LEITE e MAIO, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo estudar Documentos Oficiais que abordam as questões de sexualidade e gênero, enfocando o papel da escola no ensino das temáticas, trabalhando também com autores/as que se dedicam a tratar sobre o assunto.

No decorrer desta pesquisa bibliográfica, conseguimos compreender mais sobre a sexualidade e o gênero e como são, ou não, tratados esses temas na sociedade antiga e atual, apesar de os Documentos tratarem deste tema como sendo importante para o desenvolvimento do ser humano, percebemos com base em Leite e Maio (2013) que educadores/as ainda estão estabelecendo diferenças quanto ao gênero e não sabem como responder adequadamente às “[...] manifestações sexuais das crianças” (LEITE, MAIO, 2013, p. 691).

Sendo assim, defendemos que o tema sexualidade e gênero deve ser tratado com mais zelo pelas escolas e nas famílias desde a infância, para que nossas crianças cresçam sabendo o porquê das mudanças que ocorrem em seu corpo, porque é diferente de seus/suas amigos/as, para evitar gravidez indesejada na adolescência e assim ajudar as crianças e jovens a perceberem a diferença do que é saudável para si e do que se torna um abuso sexual.

Para que ocorra melhor aprendizado nas escolas, os/as professores/as têm que, na sua graduação, aprender a como lidar com perguntas sobre sexualidade e gênero que as crianças realizam, como acadêmica do curso de Pedagogia UEM -

sede, posso afirmar que nos quatro anos de curso não tivemos nenhuma matéria relacionada à sexualidade e gênero, que nos ensine a lidar com essas perguntas frequentes do porquê a menina é de um jeito e o menino de outro.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, 2ª edição.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996a.

BRASIL. LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, MEC, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

LEITE, Lucimar da Luz e MAIO, Eliane Rose. Gênero e sexualidade na educação infantil e a importância da intervenção pedagógica. **VII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**. FECILCAM: Campo Mourão. 2013, p. 1-11.

LEITE, Lucimar da Luz e MAIO, Eliane Rose. **Gênero e sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência**. R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 25, n. 60, p. 681-698, set./dez. 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MICHAELIS. **Gênero**, Dicionário online, 05 nov. 2017, Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/g%C3%AAnero/>> Acesso em 05 de novembro de 2017.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**. 2011, p. 55-65. Disponível em: <[//www.humus.pro.br/201115565.pdf](http://www.humus.pro.br/201115565.pdf)> Acesso em 03 novembro de 2017

SOUSA FILHO, A. A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, n. 04, 2009, p. 59-77.

VALDIVINO, Joelma Oliveira. **A Orientação Sexual e sua Importância no Contexto Escolar**. 2005. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/378/212>> Acesso em 04 de novembro de 2017.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra, As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Psicologia em Estudo** Maringá: PR. V. 13, p. 73-77. 2006, (Janeiro-Março). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122106009>. Acesso em 3 de novembro de 2017